



DESENVOLVIMENTO E GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: desigualdade e concentração de riqueza

Benjamin Alvino de Mesquita¹
José de Ribamar Sá Silva²
Alfredo Wagner Berno de Almeida³
Gerson Teixeira Mendes⁴

PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

Discute-se o desenvolvimento recente da Amazônia neste cenário neoliberal, apontando as mudanças que ocorreram na região onde a presença de grandes projetos constitui peça importante na compreensão deste cenário que hoje temos na Amazônia brasileira. Como se sabe no processo de desenvolvimento recente da Amazônia dois atores de reconhecida importância estão no seu no cerne, a grande empresa e o Estado. Os instrumentos governamentais de base fiscal e monetário além de outros utilizados pela política de desenvolvimento regional, como peça de atração aos capitais que desejam vir a Amazônia, comuns e essenciais no período da SUDAM continuam sendo a marca registrada na atração de megas investimentos em pleno século XXI. Apesar das distorções ocasionadas, anteriormente e nos dias atuais, por essa lógica de enclaves, o produto desta política tem como resultado, uma somatização de novos problemas, como a questão urbana, uma desindustrialização, devastação ambiental e a ampliação da crise social. Na época da ditadura dois elementos lideram esse processo com apoio das políticas governamentais, a pecuária extensiva e a instalação da Zona Franca de Manaus. No período atual são mega projetos do PAC (Programa de aceleração do crescimento) e as empresas globais que lideram esse processo. Em ambos o marca registrada é o financiamento públicos e o caráter predatório dos empreendimentos, o desrespeito a sociedade local e a ausência de uma proposta de desenvolvimento que atenda aos interesse da maioria. Sem dúvidas mudanças significativas se processam na Amazônia sob todos os aspectos, mas a questão das desigualdades, da exclusão social; da destruição da biodiversidade e portanto da concentração da riqueza tem se agravado.

- 1- Benjamin Alvino de Mesquita abordará a questão do desenvolvimento econômico na Amazônia, tendo como referencia as implicações deste modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos o perfil socioeconômico desta região;
- 2 - Jose de Ribamar Sá Silva abordará a temática tomando como referencia questões mais gerais do desenvolvimento econômico em economia maduras e emergentes e sua relação com a presença do Estado nesta estratégia;
- 3 - Alfredo Wagner de Almeida abordará a temática tendo como referencia as implicações que este padrão de desenvolvimento tem ocasionado aos segmentos sociais mais fragilizados, particularmente aos povos e comunidades tradicionais;
- 4 - Gerson Mendes Teixeira abordará a problemática contrapondo os governos FHC e LULA, em termos de propostas e resultados a população da Amazônia.

¹ Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: bamin@uol.com.br

² Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: zederiba@hotmail.com

³ Doutor. Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

⁴ Doutor. Universidade de Campinas (UNICAMP)



NOTAS PROVISÓRIAS SOBRE A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E OS GRANDES PROJETOS DA AMAZÔNIA¹

Benjamin Alvino de Mesquita²

Resumo

Discute-se a estratégia de desenvolvimento recente da Amazônia neste cenário neoliberal, apontando as mudanças que ocorreram na região onde a presença de grandes projetos constitui peça importante na compreensão deste perfil da Amazônia brasileira. Na atualidade são os grandes projetos do PAC e de empresas globais que lideram esse processo. Em ambos o marca registrada é o financiamento públicos e o caráter predatório dos empreendimentos, o desrespeito a sociedade local e a ausência de uma proposta de desenvolvimento que atenda aos interesses da maioria. Sem duvidas mudanças significativas se processam na Amazônia sob todos os aspectos, mas a questão das desigualdades, da exclusão social; da destruição da biodiversidade e, portanto da concentração da riqueza tem se agravado.

Palavras-chave: Estratégia de desenvolvimento, Amazônia, grandes projetos, desigualdades socioeconômicas

Abstract

We discuss the development strategy of recent neoliberal Amazon in this scenario, pointing out the changes that have occurred in the region where the presence of large projects is important part in understanding this scenario we have today in the Brazilian Amazon. In the current period are the major projects of the PAC and global companies leading this process. In both the trademark is the public financing and predatory nature of the projects, disrespect the local society and the absence of a development proposal that meets the interests of most. Without doubt means changes are processed in the Amazon in all respects, but the question inequality, social exclusion, destruction of biodiversity and hence the concentration of wealth has worsened.

Keywords: Development strategy, Amazon, major projects, socioeconomic inequalities

¹ Não se trata de um artigo, mas apenas de um roteiro, uma proposta esquemática para examinar algumas questões referentes à Mesa Temática *Desenvolvimento e grandes projetos na Amazônia: desigualdade e concentração de riqueza* com os seguintes convidados: Jose de Ribamar Sá Silva (PPGPP/UFMA), Alfredo Wagner de Almeida (UFAM) e Gerson Teixeira Mendes (ABRA)

² Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: bamin@uol.com.br



1 INTRODUÇÃO

A estratégia de desenvolvimento e os grandes projetos da Amazônia têm muito haver com os acontecimentos recentes da sociedade civil questionando os poderes constituídos e levantando e exigindo o equacionamento de antigas e importantes questões estruturais nos diferentes planos - político social e econômico - mostra bem o grau de insatisfação vigente no país e também chama a atenção para essa estratégia de desenvolvimento que o Estado Brasileiro que insiste em efetivar já não satisfaz as demandas crescentes e diferenciadas que se acumula a década sem equacionamento. Voltou a pauta política e também econômica a prioridade (ninguém sabe para quem) dada aos megas investimentos - estádio de futebol, cidades alojamentos e trem bala - que concretamente não resolvem absolutamente nada em termos de demandas reprimidas – mobilidade urbana, habitação, saúde educação - essenciais e indispensáveis a um mínimo de bem estar social ou de um desenvolvimento pleno.

Uma olhada no modelo de desenvolvimento econômico do país das últimas décadas mostra que essa prática é a que prevalece desde o período da ditadura, antes se dizia que essa opção decorria do regime autoritário da época. Mas os fatos desmentem essa versão, a democracia aí está consolidada, mas a ênfase do modelo econômico baseado na grande empresa permanece e foi aperfeiçoada pelos antigos opositores da ditadura. Hoje mas do que antes, a relação capital trabalho é cada vez mais desigual e desfavorável a este último; praticamente todos os setores da economia é dominado por cartéis o que amplifica ainda mais a concentração e centralização de capital, em todos os setores econômicos, isto é, um número cada vez mais reduzido de capitais controla a produção, a industrialização e comércio. Como no passado esse movimento do grande capital não dispensa o apoio fundamental do estado, embora tenha um discurso liberal que negue esse conluio. Essa associação de interesse foi particularmente excepcional após adoção de políticas neoliberais nos anos noventa do século passado, quando o Estado Brasileiro abdica de suas funções históricas de mentor e condutor de uma política de desenvolvimento pro ativa favorável a maioria, e se encolhe no âmbito da passividade



de coordenação de interesses privados, que nem sempre representa o que a sociedade quer.

Esse quadro de invisibilidade do Estado prevaleceu até o lançamento do PAC, independente de quem estivesse no poder direita ou esquerda. Quer dizer, no pós ditadura é a *mão invisível do mercado* – o capital – que dita as regras do tipo de desenvolvimento se inclusive ou exclusive, como nesta perspectiva a ação do estado quanto direção e ritmo dos investimento não lhe cabe, *o mercado tem o livre arbitre de escolha em termos atividade – produtiva ou especulativa – , produto – mercado externo ou interno, e de localização territorial – no centro dinâmico do capital na periferia.* Resultado, ao prevalecer a lógica do capital, o lucro fácil e rápido, não interessa onde e como se efetiva, o nível de desenvolvimento econômico do país foi modesto e as regiões periféricas do país –Norte e Nordeste – continuam tão periféricas quanto antes.

No segundo governo Lula, com o lançamento do Programa de aceleração do Crescimento (PAC), que embora seja saudado, como uma espécie de Plano de Metas, o mesmo não passa de um conjunto de intervenções na área de infra-estrutura visando oferecer economia de escala aos investimentos voltada ao mercado externo, de qualquer forma a sua concepção traz de volta a presença do estado planejando a ocupação do território e dando a direção (muitas equivocadas) e ritmo de como a mesma deveria ser efetivada. Os saudosistas vem como a volta do Estado interventor ou do capitalismo de estado, como se houvesse ambiente e/ou vontade política para tanto.

Como o montante de investimentos - *concentrados na geração e transmissão de energia, transporte e logística, petróleo e gás* – para algumas economias regionais Norte e Nordeste não são significativos os efeitos em termos de desenvolvimento econômico deverão ser secundários e como tal poderá ocorrer um aprofundamento maior *do gap* que hoje separa essas regiões e área dinâmica da economia brasileira.

Neste cenário mais geral apontado anteriormente se percebe que o locomotiva dos investimentos regionais é constituído essencialmente dos projetos do PAC uns diretamente realizado pelo estado e empresas estatais, outros indiretamente com a presença do financiamento publico do BNDES e outros ainda pelo capital privado, mas todos articulados a dinâmica internacional e como tal tocados ao ritmo que esta



determina. As frentes destes investimentos estão o grande capital e o estado nacional, os demais atores, conta muito pouco, até porque são freqüentemente escamoteados de qualquer decisão.

Contemporaneamente continua-se a oferecer como alternativa ou estratégia de desenvolvimento *esse modelo de desenvolvimento econômico herdado dos anos 70 do século passado, que tinha por base o grande capital, a economia de enclave, o vínculo o externo e a especialização, este seria o caminho fácil para sair do atraso, da pobreza e da exclusão social e, portanto a solução para as desigualdades sócio-espaciais locais/regionais, que só tem se acentuado nesta lógica do mercado dominado por este tipo de empresas ligadas a atividade intensivo em exploração de recursos naturais (minerais e agrícola) vinculadas a cadeias globais de commodities.*

Embora o sucesso destas empresas globais relacionados a exportações crescentes em termos de volume, valor e divisas geradas sirvam de argumento para ampliação e apoio governamental de novos investimentos, este crescimento particular/ privado não se traduziu em termos de um desenvolvimento socioeconômico favorável a economia local/regional. A contrario, em muitos locais o que se constata é um descolamento desta dinâmica global e regional. A alta especialização e crescimento das exportações destes enclaves, por exemplo, não tem evitado uma desindustrialização da economia; favoreceu a concentração a terra e a renda pessoal; reorganizou o território em termos de acesso e controle com consequências desastrosas a produção de alimentos a nível local/regional além de deixar um passivo socioambiental crescente a ser custeado por todos.

2 O ENTENDIMENTO DA QUESTAO - O LUGAR DOS ENCLAVES

Considera-se que esses processos de diferenciação sócio-espacial que se percebe no tempo e no espaço com o avanço das forças produtivas refletem a ação das forças de mercado e do Estado sob diferentes aspectos. Como essa dinâmica da economia regional passa necessariamente pelo controle deste atores citado – Estado e grandes empresas – cuja intervenção no geral se desvincula de questões locais, só uma



mudança no formato atual desta estratégia de desenvolvimento pode alterar o produto final que se nota na atualidade.

Ora, para nós que já vimos o que essa estratégia convencional de crescimento econômico trouxe a economia regional, a insistência atual em continuar com os mesmos elementos “dinamizadores” cheira a embromação, já que os atores (o Estado e a grande empresa) e o expectador (a população) são os mesmos. Que resultados temos da situação anterior ou que poderemos ter desta “nova” estratégia de desenvolvimento vendida atualmente e em vigor nos últimos 50 anos e que se aprofunda, na época neoliberal e cujo produto foi um acentuado processo de expropriação - criador de desigualdades e responsável por profundas mudanças nas relações sociais e espaciais onde se instalada? Creio que um caminho a compreensão do atual “desenvolvimento” de uma região, está no acompanhamento da atuação da grande empresa que é a forma mais apuradas do capitalismo. Seu modus operandi, meios e instrumentos revelam a promiscuidade entre o político e o econômico, uma simbiose que alavanca o processo de acumulação, cuja resultante é dois produtos: a concentração da riqueza e o aumento da desigualdade.

Um entendimento desta questão é dado por inúmeros autores, mas achamos particularmente interessante e simples, o que Marx e Braudel propõem que é o acompanhamento do movimento da parte que efetivamente conta no capitalismo, o grande capital e sua articulação com o poder. Para explicar isso, Braudel, por exemplo, parte da categoria de análise – sistema mundial/ longos séculos. O capitalismo para ele pode ser visto como um “edifício” ou uma complexa estrutura formada por andares, estágios ou etapas que se interligam entre si. Teríamos assim segundo ele uma primeira camada formada por uma economia extremamente elementar – auto-suficiente, que ele denomina de *camada da vida material ou a camada da não economia (não-Capitalista)*, onde o capitalismo crava suas raízes, mas nunca consegue realmente penetrar (p.10). Uma outra intermediária (acima daquela) a *economia de mercado* com suas múltiplas comunicações horizontais entre diferentes mercados, e uma última acima de todas, o *anti-mercado* dominado pelo grande capital que é a parte de maior interesse de Braudel é a partir daqui que ele explica o modo de operar do capitalismo. Essa é a idéia também já



era dada por (MARX,1987), para se reconhecer e/ou apreender os meandro do capitalismo é preciso segundo Marx ultrapassar a soleira da porta ir aos porões para a encontrar o grande capital, ou então subir ao andar de cima no edifício do capitalismo, onde predomina os grandes predadores (a grande empresa, oligopólios e monopólios). É nesta camada ou andar superior da economia, onde atuam os capitais que controlam parte importante do mercado seja ele qual for é aqui que se enxerga a dinâmica econômica e relação economia e política estão em permanente simbiose.

É, portanto neste sentido que podemos entender essa inserção das regiões periféricas no cenário nacional e internacional do capitalismo Essa relação Estado e grandes projetos de investimentos (capital) não é novidade na Amazônia vem de longa data, no período colonial já estava lá borracha, na republica com a Fordlandia, JARI, ICOMI (Grupo Antunes), ZFM; Sudam, Carajás ou PAC. A questão então é saber se essa estratégia de crescimento imposta, calçado em megas projetos, voltada a exportação de commodities, constituído de enclave acarretou em termos de bem estar e melhoria das condições de vida da população local. Será que o crescimento econômico registrado ultimamente na economia regional traduzido no incremento de taxas elevadas do PIB ,exportações e da renda per capita foi sinônimo de desenvolvimento no seu sentido mais amplo ? As evidencias não vão nesta direção, pois o desenvolvimento econômico que se espera deve ser entendido como um processo histórico de mudanças (contínuas e sustentadas) que altere positivamente na sua vigência as estruturas econômicas sociais ,políticas e culturais desta sociedade de forma que possibilite a melhoria do bem estar social desta sociedade sem essa mudança qualitativa ele deve ser questionado.

3 A DINÂMICA REGIONAL RECENTE E A ESTRUTURA PRODUTIVA.

Até a década de 80 do sec. xx, essa dinâmica regional esteve associada a agropecuários e extrativismo. Posteriormente, rumam para a área mineral em decorrência da implantação do Projeto Grande Carajás, recentemente, para o agronegócio de grãos, eucalipto e dendê (MESQUITA2009) e infra-estrutura. Do ponto de vista produtivo, os grandes projetos de investimentos do Carajás como a VALE, ALUMAR, ALBRAS e na



década atual as empresas do complexo soja, eucalipto e na era PAC as obras de infraestrutura produtiva introduziu mudança no perfil produtivo da economia, diferente do que se esperava. A razão em parte está em primeiro lugar no perfil de uma parte das empresas aqui instaladas (enclaves ou quase enclaves), e também na guinada em termos de articulação industrial e comercial que deixa de interna para ser externa.

A maior inserção internacional da região ocasionada pela demanda Chinesa impulsionou as exportações regionais de commodities minerais e agrícolas nível significativos, em termos de volume, valor exportador e divisas gerados, mas nem por isso suficiente para compensar os resultados agregados (taxa de crescimento, renda per-capita) pífios a economia regional, isso ocorre porque, como a economia regional tem esse caráter de enclave, os efeitos positivos são apropriados externamente a região, seja no núcleo central da economia – sudeste- ou no exterior local de venda das commodities.

Ou seja, o que aconteceu com a economia regional nestes 30 anos de grandes projetos? Deixamos de ser um mero exportador de eletrônico e produtos extrativos – madeira – voltado ao mercado interno, para nos transformar numa base exportadora de minério de ferro e alumina (pós-85 - mercado externo) e mais recentemente acrescentamos a pauta a soja. Mas o fato é que tanto na fase pré-Carajás (antes de 80); quanto na fase Carajás e pós-Carajás (neoliberal) continuamos exportando commodities! É importante lembrar que em todas as fases o Estado mantém, via agências e bancos estatais gordos subsídios ao capital como forma de atração e barateamento dos custos implantação ao capital.

Na década de 1970 em decorrência de uma política de desenvolvimento regional a integração comercial e produtiva da Amazônia avança e se consolida, processo esse aprofundado com os megas investimentos da época Carajás (1980/1990) e do PAC (2007), isso acarretou importantes mudanças no perfil enter e intra regional, mas apesar disso a Amazônia, laboratório desta estratégia de ações comungada entre Estado e capital, continua do ponto de vista econômico uma economia é modesta e insignificante (equivale ao do PR) para os padrões que representa em termos de população, a área e recursos naturais; o seu PIB é apenas 5,3 % do país e a renda per-capita é de 3/4 da nacional. Conforme dados do IPEA, entre 1985 e 2005, o setor industrial e serviço perde



participação nacionalmente, em 2005 respectivamente 5,4% e 4,6% enquanto a agricultura ganha 9,5% (antes 1985 era 5,6%).

O perfil da economia regional reflete a dicotomia nacional, entre de um número minúsculo de grandes unidades produtivas responsável pelo valor da produção versus numerosas pequenas unidades produtivas com pouca expressão econômica. No primeiro grupo estão os grandes projetos, estruturas oligopolíticas da indústria extrativa, monocultivos e indústria manufatureiras da ZFM, é a parte capitalista, política e economicamente organizada e poderosa – é o segmento que dá as cartas e que recebem as benesses do estado para se instalar e permanecer na região. No outro extremo, numerosa e desorganizada, sem poder alguma de barganha se encontra a economia pré-capitalista, a não economia, formada de pequenas unidades individuais e familiares. E, no meio de ambas, uma camada intermediária formada por pequenas e médias empresas onde prevalece formas mistas de organização da produção que faz a ponte entre a grande empresa e o mercado consumidor (MESQUITA, 2009).

A chegada de inúmeros empreendimentos privados nacionais e internacionais nas diferentes áreas produtivas (indústria, serviço e agropecuária) e a implantação de infraestrutura produtiva hidrelétrica, rodovias, ferrovia, hidrovias, portos alterou nas últimas décadas a distribuição relativa das macroestruturas setoriais e com ela a dinâmica setorial.

Nestes últimos anos (1995/2009) o avanço relativo da indústria perde força, fica em torno dos 20% do PIB regional, a agricultura depois de forte declínio estaciona ao redor de 13%, enquanto o setor serviços se mantém quase inalterado no período (67/68%). Mas quando se observa a taxa de crescimento setorial em igual período se constata que a dinâmica foi dada por e mais recente.

Por outro lado se verifica também que os investimentos mais recentes (2000/2009), período excepcional para as exportações de commodities e, portanto favorável à Amazônia e seus enclaves exportadores, não teve efeitos maiores na economia regional, aliás há um nítido processo de re-primarização de sua economia. De acordo com os dados mais recentes das Contas Nacionais do IBGE, a indústria manufatureira perde relevância, permanece em torno de 5% da nacional, enquanto a extrativa dobra para 9,5%



(2002) para 18,5% (2010) com destaque para o Pará, onde o avanço é excepcional de 7% para 23%, mas a indústria de transformação local regrediu de 11,5% para 7% em igual período. A agricultura temporária como um todo (com destaque para soja e alimentos básicos arroz, feijão e mandioca) também perde relevância, apesar do avanço crescente do agronegócio, isso mostra que a “decadência”, ou melhor, o declínio da agricultura familiar por ser superior à ascensão da produção de grãos, carvão vegetal e silvicultura, puxou o setor para baixo.

O posicionamento intra-setorial de algumas sub-atividades que compõem cada macroestrutura setorial permite distinguir adequadamente que atividades são relevantes na economia regional. De acordo com os dados das contas nacionais, para 2009, a distribuição estava assim: Na agropecuária a dinâmica é dada pela agricultura temporária e a silvicultura e exploração vegetal; na indústria o destaque é a construção civil e metalurgia; nos Serviços e Comércio o setor Público ADU e o comércio e serviço se destacam.

4 ESTRUTURA PRODUTIVA E OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A economia tradicional diz que uma maior inserção de uma economia nos fluxos financeiro e de comércio (concretizados pela globalização) só traria vantagem por conta do fluxo de capitais, renda gerada, mudanças tecnológicas, emprego e divisas ou seja desenvolvimento econômico. Os fatos nas áreas periféricas do capital não confirmam essa hipótese. Os benefícios foram para o andar de cima do capitalismo formado por grandes grupos e segmentos específicos (os enclaves e quase enclaves) para as demais camadas (pequena e média empresa e a economia informal) essa lógica neoliberal que iguala segmentos diferentes os deixa paralisados ou lhe aumentam o grau de vulnerabilidade.

E essa repartição desigual de recursos e benefícios que prevalece entre esses segmentos distintos que decorre da estratégia de desenvolvimento atual poderiam explicar a estrutura e a dinâmica setorial do emprego dentro da economia. De um lado milhões ocupados precariamente (agricultura e economia informal da indústria e serviços)



ou no linguajar economês com baixa produtividade do trabalho, no outro, um numero reduzido de empregos qualificados alojados em áreas intensiva de capital (commodities) e de alta tecnologia (informática /eletrônicos).Contraopondo a essa dicotomia estão a parte mais representativa do emprego formal originário do serviço público(municipal,estadual e federal) a do comercio e serviços.

A transição demográfica registrada no período, a queda da participação da agropecuária na economia levou uma queda absoluta na ocupação no setor, mas mesmo assim, ele continua sendo o mais representativo de todos (mais de dois milhões), seguido do comercio e serviço de reparação, construção civil e serviço de (educação, saúde e serviços sociais) .Isso reflete o perfil da economia mostrado anteriormente, onde sobressaem o binômio grandes empresas capitalista e unidades de fundo de quinta pré capitalista .O setor industrial propriamente dito,isto é, o de manufatura que só é importante no Estado do Amazonas 44% e Pará 44%, não foram dinâmicos o suficiente para absorver o excedente gerado pela transição demográfica nas ultimas décadas e nem muito menos a industria extrativa e monocultura apesar do incremento absoluta e relativa que ocorreu nestas atividades . O que se constata é que as mudanças setoriais ocorridas no período, na região, não foram capazes de alterar o padrão antigo de ocupação da força de trabalho, ou seja, pouco alterou quem efetivamente emprega são atividades intensivas de mão-de-obra de baixa produtividade espaiadas em todos os setores da indústria, agricultura, serviço e comercio.

5 GRANDES PROJETOS E EXPROPIAÇÃO TERRITORIAIS

A presença do capital numa determinada atividade e/ou região é função de um conjunto de variáveis, particularmente política e econômica ou de geopolítica e historicamente esteve associação a ocupação e controle de mercado, mas em todas vem acompanhada de expropriação. A disputa por território deve ser vista como um processo em movimento continua, cuja resultante é produto da correlação de forcas que se efetiva entre as partes envolvidas, e, portanto reflete o confronto instantâneo daquele momento, e como tal ele é instável, na medida em que no momento seguinte essa correlação de



força pode ser outra, resultando assim um novo perfil para cada um dos envolvidos no ambiente em disputa (MESQUITA, 2011). Se no nascimento do capitalismo a disputa por território, entre camponeses e criadores de ovinos foi a principal alavanca do processo de acumulação previa, necessário e indispensável ao nascente capital industrial e base para formação e ampliação do mercado interno e de trabalho a esta fração do capital, contemporaneamente a entrada do capital no campo ou na cidade exerce função semelhante, ao expropriar velozmente e também com apoio do estado todos que estão na sua frente.

Na Amazônia a expropriação decorrente dos incentivos fiscais, particularmente exercido pela pecuária é muito conhecida, mas ela é apenas uma parte da questão outros “jogadores” inclusive mais importantes estão também neste time. Estamos nos referindo aos grandes projetos de investimento em diferentes atividades econômicas liderados por grupos oligopólios poderosos muitos deles apoiados financeiramente pelo Estado. Podemos citar como exemplo, empresas de diferentes ramos de atividades, como a Vale, Albrás, Suzano, Cargill, Alumar, Bunge, Petrobras, as super construtoras Camargo Correia, Andrade Gutierrez e outros, que marcham em diferentes frentes, desorganizando e desarticulando, populações rurais inteiras, estabelecidos secularmente e que tinham nestes territórios seu espaço de sobrevivência e reprodução social.

A especulação imobiliária, o cercamento de terra publica, a invasão de área de preservação e parques nacionais torna-se corriqueiros, assim como os conflitos sangrentos pelo controle da mesma. Esse território de milhões de hectares antes livre e disponível a todos passa a ter dono, vira campo de reprodução do capital, tornam-se mercadorias e /ou tornam-se inviáveis em função do uso dado ao mesmo (represa área de preservação, parque nacionais, área indígenas). Para segmentos mais fragilizados como os povos e comunidades tradicionais essa ação deliberada do grande capital trouxe conseqüências desastrosas em termos de sobrevivência atual de perspectiva futura .Projetos como a Nova Cartografia Social de Amazônia tem radiografado essa confronto, mostrando a sucessão de animosidade que prevalece entre esses empreendimentos, financiado com o dinheiro publico e pequenos produtores familiares.



Apesar de algum sucesso sobre esses megas empreendimentos, isso constitui a exceção. O resultado em médio prazo e a dispersão destes grupos sociais. A insegurança alimentar, a concentração de terra e renda e o aumento da desigualdade social que decorre do encolhimento de renda destes grupos voltados extrativismo e agricultura, os levarão a uma contínua reorganização produtiva (reprodutiva).

Como de práxis deverá surgir aos remanescentes (destes territórios), políticas compensatórias sob forma de novos programas e projetos especiais, no sentido de mitigar os problemas deste processo coletivo de expropriação fundiária em andamento na Amazônia sob a égide do Estado, a favor dos grandes projetos de investimento. Embora o processo de expropriação fundiária efetivada contra pequenos produtores da Amazônia não seja fato recente, sem dúvida, no pós 90 com a hegemonia das forças de mercado ela se aprofunda e generaliza não deixando de fora nem os grupos mais tradicionais, como os ribeirinhos, indígenas, e extrativistas, implicando num contínuo processo de territorialização e desterritorialização na Amazônia.

6 CARATER INSTAVEL E VULNERAVEL DA ECONOMIA REGIONAL

O perfil e o desempenho da economia regional (Amazônia) nas últimas décadas dar motivo para algumas reflexões. Apesar de o crescimento econômico ser maior do que o do país isso não assegurou mudanças qualitativas significativas traduzidas em termos de um desenvolvimento econômico incluído da maioria da população. A razão estaria na estratégia de crescimento escolhida, já analisado anteriormente e na manipulação da principal variável responsável por essa performance – o investimento – efetivado pelos dois atores responsáveis, o Estado e os oligopólios, e também o vínculo forte a demanda externa.

O investimento que é a variável determinante da economia é quem dá o caráter da instabilidade do crescimento pois depende de um conjunto complexo de elementos sendo a eficiência marginal do capital (expectativa de retorno) a principal dela. (KEYNES 1987). O investimento pode ser público e privado. Sobre o primeiro o governo poderia interferir diretamente e sobre o segundo (também sobre a demanda externa) via uma política



econômica que induz a iniciativa privada a fazê-lo. A questão é como atuar sobre essa variável numa situação onde a presença do estado na economia é demonizada, como era durante o período neoliberal. Não fará. É o mercado quem fará isso e como tal fará a sua maneira, isto é, em atividades e regiões específicas não necessariamente aquelas que precisam de investimentos. A presença do investimento público torna-se secundária, só com a reformulação do papel do estado último governo Lula é que o investimento público na região volta a ter relevância.

Por outro lado, como o crescimento regional depende em parte da demanda externa dada a importância das commodities neste período, ele assume também o caráter vulnerável. Ou seja, o crescimento regional é refém dos investimentos públicos e da demanda externa, exportação de commodities, é do seu crescimento que a decisão de investir se operacionaliza.

7 CONSIDERAÇÃO FINAIS.

Considerando que a estratégia atual de desenvolvimento é a mesma da década de 80, baseado em enclaves, na demanda externa, na dependência do investimento público e que não há uma proposta alternativa de desenvolvimento, a tendência deste perfil atual (de concentração e apropriação da riqueza e, de desigualdade de renda) é aprofundar os problemas na esfera ambiental, social e econômica. Como se sabe o desenvolvimento capitalista é por natureza desigual e excludente, e, portanto não espere que as distorções sejam corrigidas neste processo. A responsabilidade é da sociedade. A questão é como mudar o padrão de desenvolvimento por outro, num cenário dominado pelo individualismo, pela conjuntura, imposta pela política neoliberal, que apesar da crise de 2008 continua hegemônica impondo seu modus operandis via a política macroeconômica ortodoxa aqui e alhures.

REFERENCIAS

BRAUDEL, Fernand *The structures of Everyday Life*. nova YORK: Harper & Rom, 1981
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários do Maranhão**. Rio de Janeiro, 1970, 1995-96, 2006.



-----Contas Regionais do BRASIL (2002-2010) Rio de Janeiro, 2013..

----- **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.** Disponível em:
www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/carto.asp?func=imp&z=t&o=10&i=P. Acesso em: 01
abril de 2013.

----- O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da
agricultura familiar. São Luis, EDUFMA, 2011..

----- A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no
ciclo de commodities, in crise do capital, lutas sociais e políticas publicas, São Paulo,
Xama, 2012.

----- Demanda por alimentos e as conseqüências na Amazônia brasileira :“sucesso” do
agronegócio e tragédia do desmatamento. In: 12ª Encuentro de Geógrafos de América
Latina; Montevideú, Uruguay, 2009.

----- A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do
Maranhão –1970/2008. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., Fortaleza,
2008, Anais...Fortaleza: BNB, 2008.